



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**Instituto de Ciências Exatas**  
**Departamento de Ciência da Computação**  
**Programa de Pós-Graduação em Informática**

## **Proposta de Regulamento para uso do PROAP (taxa de bancada)**

### **Capítulo I** **OBJETIVOS**

Art. 1º. Este regulamento destina-se a organizar a sistemática da utilização de recursos provenientes do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP), para apoiar a participação de pesquisador/professor/estudante em eventos científicos relevantes tanto no país quanto no exterior, para apresentação de trabalho científico de sua autoria, resultante de pesquisa desenvolvida no programa de Pós-graduação em Informática da Universidade Federal do Amazonas, estabelecendo um conjunto de diretrizes em conformidade com a Portaria CAPES Nº 64, de 24 de Março de 2010.

### **Capítulo II** **REQUISITOS E CONDIÇÕES**

Art. 2º. O proponente deve ser aluno regularmente matriculado no PPGI ou professor integrante do colegiado do PPGI.

Art. 3º. O proponente deve ter tido trabalho formalmente aceito em evento nacional ou internacional, que conste no Qualis-CC, em algum dos seguintes estratos: A1, A2, B1, B2, B3, B4, e B5.

§ 1º. Somente artigos completos serão considerados.

§ 2º. Quando for o caso, trabalhos aceitos no Concurso de Teses e Dissertações da Sociedade Brasileira da Computação (CTD/SBC) poderão ser considerados.

§ 3º. Caso o evento não esteja qualificado no Qualis, poderá ser aceito critérios que, de acordo com o Documento de Área da Computação, permitam ser incluído no Qualis-CC ou uma carta escrita pelo orientador justificando a importância do evento para o projeto.

Art. 4º. A cada ano, alunos de doutorado poderão solicitar uma passagem e inscrição para um evento nacional e uma passagem para um evento internacional, enquanto que alunos de mestrado poderão solicitar apenas um auxílio para evento nacional.

§ 1º. Alunos que já defenderam a dissertação ou a tese não podem receber auxílio.

§ 2º. O aluno que for contemplado com recursos em um ano, não poderá solicitar no ano seguinte (intervalo de um ano).

§ 3º. Os recursos deste programa são intransferíveis.

Art. 5º. A cada ano, professores poderão solicitar passagens e inscrição para um evento nacional.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**Instituto de Ciências Exatas**  
**Departamento de Ciência da Computação**  
**Programa de Pós-Graduação em Informática**

§ 1º. Professores não podem solicitar passagens internacionais. Os mesmos devem recorrer a CAPES, CNPq ou FAPPEAM. Caso o(a) professor(a) seja contemplado(a) por um desses órgãos, poderá solicitar auxílio em diárias e pagamento da inscrição.

§ 2º. Quem for contemplado com recursos em um ano, não poderá solicitar no ano seguinte (interstício de um ano).

§ 3º. Os recursos deste programa são intransferíveis.

**Capítulo III**  
**NORMAS GERAIS E OPERACIONAIS**

Art. 6º. A inscrição em evento internacional tem um limite máximo de U\$ 500.00, se o proponente for doutorando, e primeiro autor, e tem que necessariamente ser paga via boleto bancário.

Art. 7º. No caso em que mais de um aluno de um mesmo professor tiverem artigos aceitos em uma mesma conferência, somente um aluno receberá recursos do PROAP para uma passagem e uma inscrição, e este aluno poderá apresentar todos os trabalhos.

Art. 8º. Quando houver mais solicitações de auxílio do que os recursos disponíveis, a prioridade deve ser:

1. Professor
  - a. Entre professores, o maior nível Qualis do evento
  - b. Em caso de empate do nível Qualis, o professor que recebeu auxílio a mais tempo
2. Estudantes de doutorado
  - a. Entre estudantes de doutorado, o maior nível Qualis do evento
  - b. Em caso de empate do nível Qualis, o estudante que recebeu auxílio a mais tempo
3. Estudantes de mestrado
  - a. Entre estudantes de mestrado, o maior nível Qualis do evento
  - b. Em caso de empate do nível Qualis, o estudante que recebeu auxílio a mais tempo

Art. 9º. Sempre que possível, o aluno/professor deverá solicitar auxílio à outros órgãos de fomento, como o programa PAPE da FAPPEAM.

Art. 10º. Casos subjetivos e omissos serão deliberados por uma comissão de três pareceristas eleita pelo colegiado do PPGI.